

XXII ENACED – II SIEPEC

AUTORIDADE: responsabilidade e transmissão de mundo

INTRODUÇÃO

Trazemos à luz a perspectiva de autoridade em Hannah Arendt (2016) para pensar algumas questões acerca do mundo social, do âmbito da ética, da política, e sobre o mal-estar na educação. Nossa escolha de fazer a reflexão sobre essas questões a partir da noção de autoridade de Arendt perpassa a primeira das considerações da autora acerca do tema: há uma crise de autoridade. Essa crise, de origem e natureza política, tem como principal sintoma a sua propagação para áreas entendidas como pré-políticas, como a educação e a criação dos filhos. Assim, pensar o tema da autoridade em Arendt nos ajuda a pensar o papel da escola e dos educadores, em sua especificidade frente a sociedade contemporânea, bem como a relação dos adultos com as novas gerações. Há nesse conceito grande potencialidade de reflexão acerca da esfera pública e da educação como condição de continuidade de mundo, de sociedade e de cultura no geral.

Num primeiro momento apresentaremos a ideia de autoridade em Hannah Arendt, bem como nossa compreensão e interpretação sobre a educação nessa esteira de pensamento. Posteriormente apresentaremos o plano de fundo que engloba as noções de educação e de mundo atualmente, ancorados pelas noções de ciberespaço vistas em Bernard Charlot (2020), para então, por fim, levantarmos os questionamentos e críticas acerca dessa relação tensa e conturbada da formação humana e de mundo comum frente ao ciberespaço e as novas tecnologias digitais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a construção do presente trabalho nos inspiramos na hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer (2011), como modo de compreensão da tradição, sustentada pelo diálogo vivo entre interlocutores. Trata-se de abrir espaço para a compreensão do já pensado e dito sobre as questões que aqui nos propomos estudar, no esforço de vislumbrar nelas e a partir delas caminhos possíveis e plausíveis para o desafio contemporâneo da autoridade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, cabe perceber que o que Hannah Arendt chama de crise de autoridade se dá concomitantemente à modernização do mundo e esse processo, portanto, acompanha as grandes transformações que atingiram as sociedades modernas. A crise da autoridade, como quer Arendt (2016, p. 130) “[...] é meramente a fase final, embora decisiva, de um processo que durante séculos solapou basicamente a religião e a tradição”, e assim se estende para diversas outras áreas que não são necessariamente políticas. Aqui destacamos a própria educação num sentido geral, tanto escolar quanto na criação das novas gerações, ou seja, a formação humana advinda de um encontro de gerações que estará voltada, em última instância, para o mundo. A crise atinge esse ponto.

Antes de discorrer acerca dos efeitos da autoridade, ou de sua crise, no contexto da educação e da sociedade, convém entender o que autoridade não é, tendo em vista as concepções equivocadas acerca do conceito, principalmente na área da educação. Autoridade nesse contexto não deve ser confundida com autoritarismo ou violência. O conceito está, “tanto em contraposição à coerção pela força como à persuasão através de argumentos” (ARENDR, 2016, p. 129). Nessa exposição é possível perceber muito do que pode vir a ser a noção de autoridade, suscitando reflexões potentes na área da educação e da política.

Por exemplo, em situações em que é utilizada a força, não há mais autoridade. Os equívocos que se originam da falta de diferenciação dos conceitos políticos, por exemplo,

XXII ENACED – II SIEPEC

tendem a fazer uma aproximação exagerada entre a ideia de autoridade na política e os governos totalitários ou tiranias. Arendt (2016) fala da corrente liberal, que politicamente tende a perceber um processo de definhamento da liberdade identificado com totalitarismo e tirania. Em outras palavras, nessa esteira de pensamento há tendências totalitárias em toda a limitação política que se dê por autoridade, o que faz com que não se perceba que no governo em que há autoridade, diferente da tirania, há uma limitação a partir de leis, comumente não elaboradas pelo detentor do poder, mas por “uma força externa e superior a seu próprio poder” (ARENDR, 2016, p. 134), vindo daí sua legitimidade¹.

Por outro lado, tampouco podemos falar de autoridade por meio da persuasão, o que pode parecer estranho à primeira vista, em comparação ao que já foi exposto em relação à força. A autoridade não existe quando se precisa *convencer* o outro por meio do argumento. A argumentação se dá em relações de ordem igualitária, como na democracia, nos âmbitos em que as relações intersubjetivas são feitas por cidadãos já formados e, por isso, iguais, em teoria. Uma igualdade que advém de um processo formativo que potencializaria suas relações políticas democráticas².

Deve ficar claro que, na educação, essa autoridade se constrói como uma anterioridade. É essa anterioridade em consonância com a tradição que legitima, e constrói, a autoridade. No caso da educação, uma anterioridade legitimadora que vem do conhecimento. No caso dos mais velhos, o fato de terem vindo ao mundo antes dos mais novos. A tradição é vista como fio condutor que guiou a humanidade entre os domínios do passado, e o fato perdermos esse fio condutor, em meio à crise, coloca em perigo toda uma dimensão de profundidade na existência humana. Assim, nessa crise, corremos o risco do esquecimento e de perda do passado (ARENDR, 2016). Dessa forma, nos parece que uma ruptura ou mesmo uma crise da autoridade e da tradição nos ameaçam no sentido de perder a história e os elementos que nos constituem como historicidade³. Há aí uma das possíveis explicações para os espaços que se abrem para a chamada pós-verdade e seus desdobramentos, que vão desde a pseudociência até o revisionismo do holocausto.

É possível pensar a autoridade nesse contexto como um elemento protetor da tradição e do movimento da história, um ponto entre o passado e o futuro, de significativa importância para o que chamamos de preservação do passado e continuidade de mundo – velho em face ao novo.

¹ É possível pensar nesse imbróglio a partir de conceitos básicos do próprio contratualismo. Em *O Contrato Social*, Rousseau (2012, p. 26), dedica uma parte de seus escritos a justificar o porquê de a força não constituir nenhum direito legítimo de governo, e inicia com a seguinte colocação: “O mais forte nunca é bastante forte para ser sempre o senhor se não transformar sua força em direito e a obediência em dever”. Parece que o elemento da autoridade seria justamente o que fundamenta o direito e institui o dever dos quais fala Rousseau. O direito do mais forte não seria legítimo, porque “[...] se há necessidade de obedecer por força, não há necessidade de obedecer por dever; e, se não somos mais forçados a obedecer, não estamos mais obrigados a isso” (ROUSSEAU, 2012, p. 27). Esse dever nunca cede à força, já que isso constituiria apenas um ato de necessidade. Dessa forma, a noção de Arendt acerca da autoridade, nesse caso, pode ter uma relação com o pensamento de Rousseau (2012, p. 27), para o qual “força não faz direito” e que “somos obrigados a obedecer apenas aos poderes legítimos”. A autoridade está estreitamente ligada a legitimidade.

² Daí a ideia de que *não se faz política* na escola, com os alunos. Não se faz política, pois política seria responsabilidade e problema do mundo adulto, dos iguais entre si, o que implica uma questão ética inclusive, mas que não iremos debater aqui. Conclui-se daí que a relação entre professor e alunos não pode ser de igualdade ou, se for, não se constrói com base em autoridade alguma.

³ O perigo de perder o passado lembra a distopia orwelliana que denuncia em certos momentos que a falta de registros históricos afetaria a nitidez do contorno da própria vida. Não se trata apenas dos registros, mas da própria dimensão do passado e da história, que, como um “[...] palimpsesto raspado a zero e reinscrito com frequência” (ORWELL, 2021, p. 49) aos poucos se dissolvía e perdia qualquer caráter de objetividade.

XXII ENACED – II SIEPEC

Autoridade está diretamente ligada a responsabilização por esse processo de transmissão. Responsabilidade pela própria tradição, pelo mundo construído até então, que é apresentado às novas gerações, recém-chegadas nesse mundo já velho para elas. Autoridade pode ser entendida como uma necessidade natural, das crianças pelos mais velhos, ou uma necessidade política de “[...] continuidade de uma civilização estabelecida que somente pode ser garantida se os que são recém-chegados por nascimento forem guiados através de um mundo preestabelecido no qual nasceram como estrangeiros” (ARENDRT, 2016, p. 128).

Autoridade em Arendt potencializa a reflexão sobre a especificidade e o papel da educação e, nesse sentido, nos colocamos aqui a pensar sobre esse conceito na educação da atualidade, permeada por, no mínimo, muitos elementos do ciberespaço.

Ciberespaço e autoridade: dilemas em espaços virtuais

Se a autoridade entrou em crise a partir da modernização do mundo, e essa crise acompanha as grandes transformações das sociedades humanas, como pensar esse conceito a partir da constatação de que há um ciberespaço, uma cibercultura e com isso também uma tecnologia que, juntas, transformaram e irão transformar imensamente as relações sociais?

Para Levy (1999, p. 92), o ciberespaço é o “espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores”. Ele pode ser considerado “uma plataforma de uma nova realidade humana, síntese das relações homem-máquina, homem-homem, cuja acronia e atopia ampliam os limites de possibilidades do homem, tanto às informações e comunicações quanto à sua criatividade” (SILVA, TEIXEIRA, FREITAS, 2015, p. 178).

Ligada a essa concepção, cria-se a partir desse ciberespaço, o que denominamos de cibercultura que, na visão de Lévy (1999), é uma forma de expressão da mutação que sofre a essência da cultura, portanto, uma nova forma potencializada de cultura humana. Com esse novo potencial comunicativo do ciberespaço – comunicação globalizada – a ideia de humanidade estaria adquirindo uma nova forma de realidade. Na esteira desse pensamento, poderíamos dizer “a cibercultura inventa outra forma de advir a presença virtual do humano frente a si mesmo que não pela imposição da unidade de sentido” (CHARLOT, 2020, p. 113)⁴.

Segundo Honoré (2019, p. 18) “é inevitável que uma vida de correrias acabe se tornando superficial. Quando nos apressamos, podemos apenas aflorar a superfície, deixando de estabelecer uma ligação efetiva com o mundo e com as outras pessoas”. Nesse sentido, Charlot (2020, p. 124) explica que o ciberespaço “não pode ser o lugar da cibercultura de liberdade, igualdade, criatividade, encontro do outro e de sua diferença sonhada por Lévy e outros autores”, pois sendo um espaço sem normas, é também um espaço sem regulação entre desejo e norma, ou seja, sem pedagogia.

Na abordagem de Charlot (2020) também a educação tem seus espaços modificados pelo espaço fluídico da rede, onde o mesmo salienta que a chegada das mídias digitais na escola foi um evento tão importante quanto a prensa de Gutenberg. Da mesma forma como foi a impressão, a web modificou “radicalmente as condições de produção, difusão e transmissão, recepção e aprendizagem de informações” o que conseqüentemente produz “sensíveis

⁴ De fato, a potência virtual do ciberespaço gerou mais acessos, mais conexões a uma velocidade incrível de acesso à informação, porém, e como consequência, mais trabalho e demandas para nos manter no ritmo do mundo pós-moderno acompanhando a rapidez instaurada pelas tecnologias e muitas vezes esquecendo questões mais profundas ligadas a subjetivação e a formação. O mundo mudou, a vida mudou e cá estamos nós sujeitos da era do algoritmo, inseridos em um ciberespaço, procurando entender o metaverso, em uma escassez de tempo e de excesso de informações, procurando desenvolver estratégias para sobreviver nesse mundo instantâneo.

XXII ENACED – II SIEPEC

transformações, talvez rupturas, em situações pedagógicas, que ainda hoje, são estruturadas pela transmissão oral e os textos impressos” (CHARLOT, 2020, p.107).

Entendemos, conforme essa contextualização que o ciberespaço é um espaço de fluxo constante dos desejos humanos, que se encontram uns com os outros, porém *sem normatividade* e sem autoridade. Como quer Charlot (2020, p. 118), “esse espaço de circulação do desejo se pretende sem normas: qualquer norma é considerada como censura” e, nesse sentido, precisamos compreender um pouco mais esse espaço antes de afirmá-lo como a base de uma nova cultura humana. Portanto, “que uma cibercultura anuncia uma humanidade nova e melhorada é eminentemente questionável” (CHARLOT, 2020, p. 125). Por isso, hoje conceitos fundamentais na política e na educação parecem se dissipar no ar nos provocando a pensar: como educar nesse tempo acelerado e desregulado pelo ciberespaço, que atinge a educação? Como construir e conservar mundo comum? Seria a autoridade uma resposta possível a esse desafio?

Como pensar a educação e a autoridade, ou uma pedagogia contemporânea, se os robôs “são também nossas crianças” (CHARLOT, 2020, p. 149)? Na medida que os corpos podem ser robotizados e que nós criamos nossos filhos mediados por um ciberespaço tecnológico, pensar a autoridade se torna importante para projetar sujeitos humanos com consciência de preservação do mundo comum.

Concordamos aqui com a reflexão proposta por Charlot (2020, p. 165):

Não gosto de que a sociedade na qual vivo e na qual vivem, crescem e crescerão meus filhos e netos seja regida pela lógica do desempenho e concorrência generalizada. Entristece-me que o sujeito tenha sido abandonado sem referências, que não saiba mais muito bem porque vale a pena ser um ser humano, ao ponto de fantasiar, se tornar um ciborgue e dar lugar a pós-humanos. Sinto-me, portanto, parte interessada, no campo que é o meu, o da educação, dá resistência às lógicas dominantes atuais e das tentativas de pensar e construir outro mundo possível.

Pensar a especificidade da escola em um mundo altamente tecnológico onde conceitos até então estabelecidos, como a autoridade, como a ser novamente a serem debatidos, provocam a focar na importância da educação ser sinônimo de resistência, gerando diálogos em favor do humano para além da máquina.

Educar em tempos de ciberespaço: a autoridade como desafio ético

Reservamos este espaço para pensar o alcance formativo, portanto indispensável da autoridade, diante dos desafios postos pelo ciberespaço. Partimos do entendimento de que o sujeito contemporâneo tem estruturado sua vida de modo muito semelhante às relações que acontecem no ciberespaço, e isso impacta em todas as esferas da vida humana. Esse espaço, destituído de norma, portanto não pedagógico, tem transformado as relações educacionais em todos os níveis de ensino.

E é aqui que a relação pedagógica, que depende da autoridade, nos convoca. Sobretudo se reconhecermos a dimensão ética enraizada na noção de autoridade. Ética aqui como modo de ser especificamente humano e que decorre da nossa necessidade de nos vincularmos. Isso remete ao que Paulo Endo (2011) nos adverte: a autoridade vem de um desejo de obediência que deriva do sentido que a autoridade empresta ao reconhecimento da singularidade (2011, p. 79). Na mesma esteira do reconhecimento como algo inerente a autoridade, José Sérgio Fonseca de Carvalho (2017) indica que creditar autoridade a alguém significa reconhecê-lo como alguém capaz de esclarecer o obscuro – porque o mundo é novidade, incerteza, nada evidente aos que aqui chegam –, fazer escolhas e apontar caminhos enquanto não somos capazes de fazê-los exclusivamente a partir da própria capacidade de

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

julgar (2017, p. 61). Assim, compreendemos o papel da autoridade como sustentadora de uma formação que se pretenda ética, se entendermos por desejo ético-formativo o compromisso de assegurar condições para a singularização do sujeito. Em outras palavras, isso significa oferecer as condições para a construção de um eu autônomo, o que demanda a passagem pela heteronomia.

A partir da leitura que Carvalho faz do sentido de educar em Arendt, se entende que esta ação implica “necessariamente um agir sobre o sujeito que se constrói em continuidade – ou ao menos em relação, ainda que de oposição ou confronto – com um mundo de heranças simbólicas cuja duração transcende, tanto o passado como o futuro” (CARVALHO, 2017, p. 54). Haverá, portanto, uma distância hierárquica que distingue o educador do educando, sendo que a educação caminha justamente para a superação desta suposta distância. E é na autoridade que se enraíza essa distância.

Assim, embora destinada a um progressivo desaparecimento ao longo da formação do sujeito, a relação de autoridade entre educador e educando jamais pode ser um elemento acessório ou um recurso eventual, enquanto perdura esse processo. Não se pode pois, escolher entre uma prática educativa com ou sem autoridade; a autoridade é consubstancial à educação (CARVALHO, 2017, p. 54).

Disso deriva a interrogação de Carvalho sobre o insolúvel desafio do educador contemporâneo, pois já que seu fazer se ancora no respeito ao passado e compromisso com o futuro, como isso pode ser possível de mediação em um mundo onde se glorifica o consumo e o gozo da vida presente? (ibidem). Glorificação intimamente ligada aos modos de vida contemporâneo que se dão, em significativa medida, no ciberespaço. Neste tempo/espaço virtual regido pelo prazer, pela satisfação pessoal, pela distração. Todavia, mundo humano só se constrói e reconstrói a partir da autoridade, que assegura a transmissão dos signos civilizacionais. Autoridade que exige, portanto, suspensão momentânea do desejo, para que algo como um interesse pela tradição e pelo futuro possam nos afetar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui um estudo acerca das interfaces entre educação e ciberespaço, sustentando argumentos em defesa da autoridade. Autoridade em sentido arendtiano, que deriva do compromisso geracional que assumimos ao acolher os novos no mundo, para garantir-lhes acesso ao que construímos neste mundo simbólico. Ao fazermos isso possibilitamos aos recém-chegados acesso ao lastro temporal que nos constitui, o que é condição para que possam vislumbrar, projetar, construir seus futuros. Mas ainda mais. Ao assumirmos o papel de sujeitos de autoridade, possibilitamos aos novos a experiência com a autoridade. Experiência que constitui para os sujeitos um imaginário/referência que é condição para a construção da autonomia. Em outras palavras, é da experiência com a autoridade de outro que construímos as bases da nossa própria autoridade. Algo, portanto, que somente um espaço pedagógico⁵, regido pela norma, pode criar. Disso deriva que o ciberespaço, sem regulamentação, desprovido de norma, não pode ser formativo – ao menos não no sentido mais abrangente da palavra. Fato que nos desafia e convoca-nos ao exercício da autoridade. No sentido de salvaguardar/preservar uma educação assentada em princípios civilizacionais, éticos, comprometida com o cuidado das novas gerações e do mundo.

REFERÊNCIAS

⁵ Todos os espaços, sejam públicos ou privados, onde se assume com alguma intencionalidade a educação das novas gerações.

Encontro Nacional de Educação (ENACED) e Seminário Internacional de Estudos e Pesquisa em Educação nas Ciências (SIEPEC)

XXII ENACED – II SIEPEC

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Educação e republicanismo**: experimentos arendtianos para uma educação melhor. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. **Educação, uma herança sem testamento**: diálogos com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Perspectiva, 2017.

CHARLOT, Bernard. **Educação ou barbárie?** Uma escolha para a sociedade contemporânea. Tradução de Sandra Pina. São Paulo: Cortez, 2020.

ENDO, Paulo. **Um futuro sem origem: transmissão, autoridade e violência**. In: Autoridade e violência/Comissão de Aperiódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org). Porto Alegre: Appoa, 2011, pgs 68-81.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. Em defesa da escola: uma questão pública. Tradução de Cristina Antunes. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ORWELL, George. **1984**. Tradução de Karla Lima. Jandira: Principis, 2021.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2012.

HONORÉ, Carl. **Devagar**: Como Um Movimento Mundial Está Desafiando O Culto Da Velocidade. Tradução Clovis Marques. 8 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

SILVA, Taziane Mara da; TEIXEIRA, Talita de Oliveira; FREITAS, Sylvia Mara Pires de. Ciberespaço: uma nova configuração do ser no mundo. **Psicol. rev.** (Belo Horizonte) vol.21 no.1 Belo Horizonte jan. 2015. Disponível em: <
<http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2015V21N1P176> >. Acesso em mar 20. 2020.